

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.797.130 - RS (2019/0039193-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE** : OI S.A  
**ADVOGADOS** : VANESSA CHRISTO DE ASSUMPÇÃO E OUTRO(S) - RS090749  
CAROLINA LONGHI DESESSARDS - RS087854  
RAFAEL CORREA DE BARROS BERTHOLD - RS0062120  
RICARDO DE OLIVEIRA SILVA FILHO - RS0064834  
ROBERTA DE OLIVEIRA SILVA - RS0082560  
PAOLA GRAVÍ DE AVILA - RS105253  
**RECORRIDO** : ALAYDE PILLA BARCELLOS  
**ADVOGADOS** : MÁRCIO MAZZOLA SILVA E OUTRO(S) - RS057206  
JÚLIO CÉSAR DOVIZINSKI - RS057067

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por OI S.A., com fundamento na alínea “a” do permissivo constitucional, em face de acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fls. 278, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C PEDIDO DE CONDENAÇÃO À SUBSCRIÇÃO COMPLEMENTAR DE AÇÕES. REAPRECIAÇÃO DE MATÉRIA ESPECÍFICA.

Reapreciação da matéria para adequar a decisão proferida por esta Câmara ao Paradigma estabelecido pelo STJ (Recurso Especial n. 1.301.989/RS). Inteligência do artigo 1.030, II, do Código de Processo Civil.

DERAM PARCIAL PROVIMENTO DOS APELOS, EM JUÍZO DE RETRATAÇÃO.

Opostos embargos de declaração (fls.217/228, e-STJ), esses foram rejeitados (fls. 267-271, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 274-297, e-STJ), a recorrente, além de dissídio jurisprudencial, aponta violação aos seguintes artigos:

(i) 1022, II e III, do CPC/2015, pois o acórdão recorrido é omissivo em relação às matérias relativas ao relatório de informações cadastrais, grupamentos, parcelas vincendas e deflação;

(ii) 884 do CC/2002, na medida em que o cálculo das ações a serem subscritas deve considerar os grupamentos acionários ocorridos ao longo dos anos e os índices negativos, apurados em períodos de deflação, devem ser utilizados no cálculo da correção monetária;

(iii) 917 do CPC/2015, ao argumento de que o critério de conversão das ações é o valor da cotação do título na data do trânsito em julgado;

Contrarrazões às fls. 261/270, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo merece prosperar.

1. Em seu apelo nobre, a recorrente alega, inicialmente, ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, ao argumento de que o acórdão recorrido, a despeito de instado por meio de embargos de declaração, não teria se pronunciado sobre os seguintes temas: relatório de informações cadastrais, grupamentos, parcelas vincendas e deflação;

Em relação à primeira questão, nota-se que o Tribunal local assim se manifestou (fl. 233, e-STJ):

A embargante busca o reexame da matéria apreciada em apelação e o posicionamento acerca de dispositivo legal, finalidades para as quais, por certo, não se destinam os embargos declaratórios.

A exigência de prequestionamento para a interposição de recurso especial ou extraordinário deve ser cumprida pela parte e não pelo julgador, que não precisa apontar expressamente se restaram ou não violados dispositivos legais ou constitucionais apresentados para sustentar a argumentação do recurso.

Ressalte-se que não são necessárias a análise e interpretação de cada um dos fundamentos jurídicos apresentados pelas partes frente ao caso proposto, devendo o julgador, contudo, apresentar fundamentação suficiente para amparar a tese adotada na decisão.

Destaque-se, por oportuno, que tal omissão não foi sanada quando da apreciação dos aclaratórios, oportunidade em que tão somente se alegou inexistirem omissões no julgado embargado.

Nesse sentido, de rigor o reconhecimento de violação do art. 1022 do CPC/2015 em relação à presente questão. Precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. INSTRUMENTO PARTICULAR DE RESCISÃO CONTRATUAL. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. OMISSÃO NÃO SANADA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Constatada a existência de omissão não sanada no acórdão proferido pelo Tribunal local, a despeito da interposição de embargos de declaração, é de rigor o reconhecimento de violação do art. 535 do Código de Processo Civil de 1973, por negativa de prestação jurisdicional, com a determinação de retorno dos autos à origem para que se realize novo julgamento.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 889.277/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 26/06/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TELEFONIA. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. AÇÃO DE ADIMPLENTO CONTRATUAL. MODALIDADE. PCT. OMISSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. OCORRÊNCIA. AGRAVO INTERNO PROVIDO.

1. Há violação do art. 535 do CPC/73 quando, apesar do requerimento da

parte, a Corte de origem se recusa a se manifestar sobre as questões federais que lhe foram apresentadas por ocasião dos embargos de declaração, relevantes ao deslinde da controvérsia.

2. Agravo interno provido para dar parcial provimento ao recurso especial, com determinação do retorno dos autos ao Tribunal de origem para que sane as omissões verificadas.

(AgInt no AREsp 843.220/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 12/06/2018, DJe 19/06/2018)

2. Ante o exposto, com fulcro no art. 932 do CPC/2015 c/c Súmula 568/STJ, dou provimento ao recurso especial, para cassar o acórdão que julgou os embargos de declaração (fls. 207/213, e-STJ) e determinar a devolução dos autos ao Tribunal *a quo*, a fim de que profira novo julgamento dos embargos declaratórios apresentados pela ora recorrente, sanando a omissão ora apontada.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator